

Ambientalismo de Conveniência:

O Silêncio das ONGs Diante das Gigantes Estrangeiras no Coração da Amazônia

Na manhã de 17 de junho de 2025, a ANP leiloou 19 blocos para exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, área sensível na costa do Amapá. As vencedoras? Chevron, ExxonMobil, CNPC e Petrobras. A área concedida ultrapassa 16 mil km² – e, com ela, uma constatação incômoda: a quase total ausência de protestos por parte das grandes ONGs ambientais.

Não se trata de um detalhe retórico. A mesma região que, por anos, foi tratada como símbolo sagrado da biodiversidade – alvo de campanhas, documentários e dossiês internacionais contra a “ameaça do progresso” – agora passa às mãos de petroleiras estrangeiras sob silêncio cúmplice de quem, supostamente, defende a floresta. O contraste é gritante. Se o leilão tivesse beneficiado apenas a Petrobras, ou se o protagonismo da exploração fosse conduzido por um projeto de matriz nacional e industrialista, o escândalo estaria instaurado.

Mas não foi o caso. O discurso de emergência climática foi subitamente arquivado. A “defesa da Amazônia” tornou-se flexível. E a militância ambiental, tão presente em outras frentes, revelou sua seletividade: calada diante do poder econômico transnacional, ruidosa quando o alvo é o Estado brasileiro.

A seletividade não é nova. O que chama atenção é sua institucionalização. Boa parte das ONGs que atuam na região amazônica é financiada por fundações estrangeiras, governos europeus ou conglomerados empresariais interessados na contenção de atividades produtivas sob o pretexto da conservação. Para elas, o problema nunca foi exatamente o impacto ambiental – mas quem exerce o controle sobre ele.

No campo simbólico, a Amazônia deixou de ser apenas uma floresta para se tornar um ativo narrativo. Sua preservação passou a ser invocada como valor universal, mas usada como ferramenta estratégica para limitar a soberania do Brasil sobre seus próprios recursos. Em outras palavras: a floresta pode ser explorada – desde que não seja pelos brasileiros.

A ausência de reação ao avanço de empresas como Chevron e CNPC na margem equatorial brasileira revela a assimetria do debate ambiental. Não há neutralidade quando a crítica é direcionada seletivamente. O silêncio sobre a presença de multinacionais em áreas sensíveis demonstra que o discurso ambiental pode ser instrumentalizado conforme a origem do capital envolvido.

Esse caso na foz do Amazonas deve servir de alerta. Não apenas pelo risco ambiental, mas pelo risco político. O Brasil não pode continuar sendo o único país impedido de explorar seu próprio território em nome de uma agenda que, quando conveniente, fecha os olhos para os mesmos impactos – desde que venham de fora.

- **Silêncio seletivo das ONGs ambientais:** Organizações que antes protestavam contra qualquer exploração na Amazônia agora se calam diante da entrada de petroleiras estrangeiras na foz do Amazonas, revelando um duplo padrão.
- **Instrumentalização da pauta ambiental:** A defesa da floresta é usada como ferramenta estratégica para limitar a soberania brasileira, especialmente quando o controle dos recursos não está nas mãos de interesses internacionais.
- **Assimetria no debate ambiental:** O impacto ambiental só é denunciado quando envolve projetos nacionais; quando empresas estrangeiras estão envolvidas, o discurso ambientalista é relativizado ou ignorado.

